



Sessão Temática X: Xxxxx

TRABALHO E RENDA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DENTRO DA IDEIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

LABOR AND INCOME OF THE SOLIDARITY ECONOMY WITHIN THE IDEA OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT

TRABAJO E INGRESOS DE LA ECONOMÍA SOLIDARIA DENTRO DE LA IDEA DE DESARROLLO SOSTENIBLE

Enio Waldir da Silva¹

RESUMO

As novas experiências de trabalho e produção mediadas por tecnologias, ou não, precisam estar na agenda de projetos de desenvolvimento que queira ser inclusivo. A questão social e a questão cultural já foram temas bem discutidos nas décadas anteriores, mas os novos tempos de vida digitalizada criaram outras estratégias fundamentais na perspectiva de uma economia humanamente sustentável. Isto quer dizer que as experiências de trabalho e renda de grupos populares, cooperativados ou individuais, formais ou informais, fazem parte dos esforços de uma grande parcela de população em garantir vivências e convivências. As alternativas são mais que econômicas e se enraízam não e novos modelos de produzir e distribuir, mas em diversidade de defesa da dignidade humana. O presente texto examina o papel da economia solidária no desenvolvimento sustentável, destacando a compreensão da singularidade de tais práticas diante do desenvolvimento locais das atividades econômicas, com diferentes dimensões da vida das pessoas no território, como o social, o político, o cultural e o ambiental. A partir de um enfoque metodológico da sociologia econômica, argumentaremos com a pesquisa bibliográfica sobre os reflexos específicos a articulação do desenvolvimento local e no horizonte dos planejamentos de intervenção em territórios com alta presença de vulnerabilidade, mas com boas experiências da economia solidária para pensar as bases de um futuro com desenvolvimento.

Palavras-chave: Inclusão, Dignidade, Sustentabilidade; Desenvolvimento; Economia Solidária

RESUMO

Las experiencias de trabajo y producción mediadas por tecnologías, o no, deben estar en la agenda de los proyectos de desarrollo que quieran ser inclusivos. El tema social y el tema cultural ya han sido bien discutidos en décadas anteriores, pero los nuevos tiempos de vida digitalizada han creado otras estrategias fundamentales en la perspectiva de una economía humanamente sostenible. Esto significa que las experiencias laborales y de ingresos de grupos populares, cooperativos o individuales, formales o formales, forman parte de los esfuerzos de una gran parte de la población para asegurar experiencias y convivencia. Las alternativas son más que económicas y no se idean nuevos modelos de producción y distribución, sino en diversidad de defensa de la dignidad humana. Este texto examina el papel de la economía solidaria en el desarrollo sostenible, destacando la comprensión de la singularidad de tales prácticas frente al desarrollo local de las actividades económicas, con diferentes dimensiones de la vida de las personas en el territorio, como las sociales, políticas, culturales y ambientales. Desde un

¹ Doutor em Sociologia. Professor da Unijui, área das ciências sociais. Pesquisador e Extensionista juntos ao Programa de Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos. Atua no projeto colaborativo interdisciplinar Gestão Social e Cidadania.



enfoque metodológico de la sociología económica, discutiremos con la investigación bibliográfica sobre los reflejos específicos la articulación del desarrollo local y en el horizonte de planes de intervención en territorios como las sociales, políticas, culturales y ambientales. Desde un enfoque metodológico de la sociología económica, discutiremos con la investigación bibliográfica sobre los reflejos específicos la articulación del desarrollo local y en el horizonte de planes de intervención en territorios con alta presencia de vulnerabilidad, pero con buenas experiencias de economía solidaria para pensar las bases de un futuro con desarrollo.

Palabras clave: Inclusión, Dignidad, Sostenibilidad; Desarrollo; Economía Solidaria

SUMMARY

New technology-mediated work and production experiences, whether or not, need to be on the agenda of development projects that want to be inclusive. The social issue and the cultural issue have already been well discussed in previous decades, but the new times of digitized life have created other fundamental strategies in the perspective of a humanely sustainable economy. This means that the work and income experiences of popular groups, cooperative or individual, formal or formal, are part of the efforts of a large portion of the population to ensure experiences and coexistence. The alternatives are more than economic and are devised not and new models of producing and distributing, but in diversity of defense of human dignity. This text examines the role of solidarity economy in sustainable development, highlighting the understanding of the uniqueness of such practices in the face of local development of economic activities, with different dimensions of people's lives in the territory, such as social, political, cultural and environmental. From a methodological approach of economic sociology, we will argue with bibliographic research on the specific reflexes of the articulation of local development and on the horizon of intervention plans in territories with a high presence of vulnerability, but with good experiences of solidarity economy to think the foundations of a future with development.

Keywords: Inclusion, Dignity, Sustainability; Development; Solidarity Economy.

INTRODUÇÃO

Este texto é fruto das atividades junto à Economia Solidária que realizamos na região Noroeste do Estado do RS. Discute o trabalho e renda como um direito humano dos grupos populares e apresenta as dimensões complexas que estes enfrentam para participar dos debates, programas e projetos voltados para o desenvolvimento das regiões.

A dinâmica metodológica que usamos advém da pesquisa-ação participante que fazemos juntos a diversos grupos organizados que estão sendo orientados pelos princípios de economia solidária. São pequenas cooperativas e associações de variados tipos que falam e atuam para garantir sobrevivências e ao mesmo tempo lutam como movimentos sociais que procuram mudar a política de inclusão social. Ao mesmo tempo, por suas redes de influências, criam perspectivas de sociedade alternativas e justas que se contrapõe a pura lógica do capitalismo. Fundamentamo-nos na compreensão teóricas das ciências sociais críticas – sociologia econômica - que entende que é tempo de agregar esforços das lutas emancipatórias das comunidades em vulnerabilidade social ou de comunidades populares que buscam, coletivamente, trabalho, renda e vida digna sustentável. A experiência com trabalho coletivo



já é evidente nos grupos da economia solidária. O que se quer agora é evoluir para um novo cooperativismo alternativo e solidário, que consolide novas racionalidades que considere as vivências coletivas pacíficas, o trabalho como fonte de ética e vida individual e coletiva além contribuir para o respeito a natureza da vida humana e ao meio ambiente.

Desde há muito tempo vivemos com o paradoxo entre igualdade e a diferença, atravessados por gestões públicas e privadas que orientam destinos das populações. A desigualdade estrutural refletem intervenções na economia que impactam severamente nas condições de vida de toda a população, mas de modo muito especial nos vulneráveis. Esta irracionalidade do capitalismo reproduz a injustiça e as contradições da sociedade. Os diagnósticos gerais esquecem os detalhes das novas experiências, que, se somadas, implicam na vida de muitas pessoas que não agem drasticamente na promoção desmatamento, não entopem rios, não guerra, não alimentam o narcotráfico, não envenenam o ar, a água, a terra e nem usam imprudentemente a energia. Mas, são também vítimas de tudo isso. Não vivem em casernas e estão no desenho de uma lógica que quer destruir o planeta, fruto de incentivos para que empresas se apropriem da riqueza biofísica de forma barata e rápida, sem reparar os danos ou repor o que se consome. O aumento das ações para lucrar bombardeiam matas e atmosferas com gases de efeito estufa que desencadeiam cascatas de pragas letais pandêmicas.

Temos um financiamento deste tipo de economia a mais de 40 anos que afetam a gestão social e política das comunidades. O neoliberalismo e seu mercado pressionaram e r ganharam investimentos públicos em massa das privatizações das infraestruturas, os Estados reduziram suas equipes que salvavam vidas e geriam os vulneráveis, acompanhados por desinvestimentos nas estruturas públicas e aumento de liberdade para acumulação de lucros nos espaços rurais e urbanos, controlando capacitações de mão de obra, dominando as matérias primas, a maquinaria, instalações de produção, cadeias de fornecimentos, propriedades intelectuais, instituições de pesquisas e profissionais, as tecnologias informais e comunicativas. Os assuntos da sustentabilidade da vida ficam submetidos a vontades que abandonam milhões de pessoas à sua sorte.

A complexificação do mundo econômico é sentido, portanto, em todos os lugares, com índices de crescimento, mas não de desenvolvimento. As políticas públicas não remediaram esta equação mal feita. Há evidentes equívocos no investimento via empresariação e exclusivismo empreendedorista de negócios. As experiências de desenvolvimento local não consideraram as potencialidades do que chamamos de economia solidária, que supera o economicismo e incorpora novas perspectivas de regulação da vida econômica e social nos territórios.

Em um primeiro momento procuramos entender as dinâmicas socializantes da economia solidária no seu sentido trabalho, renda e direitos humanos. Em segundo momento verificamos os potenciais civilizacionais dos processos de economia cooperada, educativas de uma nova gramática social fundante políticas de desenvolvimento social, político, cultural, econômico sustentável.

1.A Renda da Economia Solidária Dignidade do Viver e Conviver

A economia solidária é compreendida por nós em três dimensões: a) como uma prática econômica por onde parcela da população busca garantir renda e trabalho de excluídos; b)



como um movimento social que luta por inclusão social e defesa do associativismo, cooperativismo popular e gestão social da economia humana; c) uma heterotopia, uma proposta de vida social alternativa ao sistema capitalista baseada na teoria da sustentabilidade.

Como tal, possui diversos discursos ligados aos atores que a integram e apoiam. Mapeamos parte destes discursos e estudamos até que ponto a prática da economia solidária poderia ser fonte para concretização dos direitos humanos e de inovações nas formas de sociabilidades. Verificamos então que a luta pela concretização dos direitos humanos encontra ressonância nas práticas destes grupos organizados pela economia solidária, especialmente quando estas associações e cooperativas conseguem garantir trabalho e renda mais constante para todos os seus membros. A consolidação da autonomia destes grupos expressa também poderes para fortalecimento da democracia participativa, dos saberes emergentes, decentes, urgentes e prudentes (SOUSA SANTOS, 2000) pois são frutos de atores sociais munidos de liberdades substantivas (ZEN, 2004) concretas (trabalho e renda).

As experiências da economia solidária traduzem os muitos potenciais em que ela pode ser usada para assegurar vida digna a muitos indivíduos. Milhares de rede de economia solidária que vão se organizando pelo mundo a fora, tornam-se poderosos *atratores*, capazes de irradiar desenvolvimento sustentável nos territórios que alcançam, na medida em que integrem estrategicamente seus fluxos de meios econômicos (bens tangíveis e intangíveis) e seus fluxos de valores econômicos (MANCIE, 2008; 192). Esta expressão indica as imaginações que estão sendo criadas em torno das práticas de economia solidária como alternativas sistêmica ao capitalismo e noticiam sobre a amplitude desta como contraposto sistêmico.

Numa missão de promover o bem-viver das pessoas e a paz entre os povos pela prática de uma consciência que já está nas pessoas a economia solidária teria o germe de uma revolução pacífica. É uma consciência que se gesta na razão prática do trabalho solidário auto gestor, pela distribuição equitativa das rendas e riquezas produzidas, pela mudança educativa e cultural dos grupos envolvidos e nas redes de conexões que traçam. Ou seja, não há indivíduo que se posicione contra a um justo trabalho, a uma justa renda e a uma vida de paz e bem-viver. Esta força é interna e está na lógica humana que exige integração de um Eu a um Outro, para juntos viverem (TOURAINÉ, 198). A lógica do sistema da vida humana é visualizada na lógica de uma proposta sistêmica de vida social, que não ameaça a lógica sistêmica do planeta. É aqui que devemos pensar a solidariedade da vida humana com a solidariedade do sistema planetário. Perceptível como participação de pessoas que consomem ar, água, terra e energia e seus frutos. Estes orientados pela economia solidária compreendem que não se pode destruir a fonte que sustentam a vida na terra pela própria força do entendimento que eles mesmos são exemplos de exclusão e desrespeito que a lógica capitalista proporciona (SILVA, 2010).

Então, com os princípios da economia solidária se aprende que a solidariedade envolve relações como a natureza e o meio ambiente, relações sociais, ideias e o bom uso do conhecimento. Como não somos todos iguais, procuramos fazer ações junto com o outro de modo a não desprezá-los e nem sermos tratados degradadamente por ele, ou, ainda, por sermos seres humanos iguais, a solidariedade significa aquele aspecto de nossa existência que entende que precisa do outro e que o outro precisa de mim. Se nascemos com a força solidária em nossa natureza (dependemos da mãe, do pai...), ao nos inserirmos na sociedade a solidariedade vai enfrentando muitos obstáculos para naturalmente se manifestar e se tornar



social e, como tal, sofre os vícios de toda a socialização por dependência. A solidariedade faz parte de uma cultura de reconhecimento e pertencimento a um mundo que precisa convivência e complementaridade, sustentabilidade e respeitabilidade (ZOLL, 2007).

Quanto maior a cultura de solidariedade, maior a possibilidade de alcançarmos uma vida moral coletiva, de modo a entender a dor e a humilhação do Outro, propondo a inclusão do “diferente” no nosso grupo social, aumentando os nossos acordos intersubjetivos e a referência a um nós. Ações solidárias não são linguagens apenas de contingência onde exigem apenas gentilezas, mas um permanente diálogo que desconstrói os ambientes de humilhação dos outros, favorecendo, assim, uma cultura de convivência dos diferentes. Entender a solidariedade é ver os agrupamentos de sujeitos livres que compartilham compromissos e ações coletivas, unidos através do sentimento de pertencimento coletivo, do compartilhamento dos interesses, da cidadania, de reconhecimento de sujeitos de direito. Neste sentido a solidariedade instaura a liberdade. Certamente, em uma sociedade esfacelada como a nossa a solidariedade é também força e objetivo de lutas individuais e coletivas. Significa que a solidariedade não brota de sujeitos munidos de misantropias e atravessados por necessidades substanciais. É necessário uma via de mão dupla a responsabilidade de gerar renda digna que instaure a concretude de uma vida em que as necessidades genuínas estejam superadas.

A dignidade tem uma concretude de onde ela brota: a qualidade de vida, ou seja, quando sujeito não passa fome, quando consegue manter sua saúde ou recuperá-la, quando possui moradia, quando tem acesso a educação escolar, quando consegue viver sua afetividade, quando consegue falar e ser ouvido e, especialmente, quando consegue trabalhar e auferir renda digna.

Há lugares em que grupos produzem riquezas para poderem melhor aproveitar suas vidas, torná-las prazerosas, tornar as trocas uma forma de relação social. Alguns descobriram que a vida podia ser de outro modo longe da competição e da concorrência e criaram alternativas que davam sentido ao direito de viver segundo a natureza social dos sujeitos. Se sofremos quando o outro sofre e lutamos para diminuir o sofrimento dele, nos dedicamos ao Outro como nos dedicamos a um Nós isto quer dizer que somos solidários e não competidores.

Trata-se de refletir em escala planetária, adotando a "identidade terrena" de que fala Edgar Morin (2008). Pensar a longo prazo, levar em conta as gerações que ainda não nasceram, mas que sofrerão as consequências de nossas escolhas atuais. Inserir-se em uma visão ecológicas e privilegiar o desenvolvimento duradouro, não separando a espécie humana dos outros componentes da natureza. Muitos buscam no outro os elementos de igualdade, como a amizade, a compreensão, a solidariedade e, quando encontram as diferenças, respeitam-nas e buscam formas de saber tratá-las, conviver com elas.

Em muitos lugares se percebem sabedorias subjacentes, não colonizadas e nem colonizadoras. Assim, se os laços vivos da liberdade persistem contra a lógica perversa do aprisionamento do lucro imediato, não há por que, como diz Habermas (2002), nos desesperarmos com o poder, a razão e o Estado. Estamos vivos, pensantes e capazes de linguagem, na universidade, na rua, na associação, na comunidade, então tudo pode ser criado. Para Boaventura de Sousa Santos(2009), estas experiências de vidas emancipadas espalhadas por aí, necessitam de serem unidas em uma nova alternativa de vida, em uma nova epistemologia e na utopia da



igualdade que continua viva. Essas práticas solidárias estão ao alcance de qualquer pessoa, pois falam a gramática do social, já que os homens não agem somente porque estão presos a uma situação tornada insuportável, mas também porque estão ligados a certas visões do possível.

E a renda é um substrato fundamental que concretiza e motiva as vidas. Ela garante a sua liberdade substantiva como alimento, trabalho, educação e saúde, e permite que sejam aproveitadas as oportunidades econômicas, a liberdade de escolhas, as facilidades sociais, as transparências e a segurança. Por isso não há “sujeito desespero” e o fundamento da dignidade da humanidade da vida está em qualquer pessoa. Não se trata de fazer imaginar um super-homem capaz de resolver todos os problemas que a afetam, mas de entender os problemas e criar esforços para resolvê-los. Contudo, as liberdades substantivas de que desfrutamos para exercer nossas responsabilidades são extremamente dependentes de circunstâncias políticas, culturais, sociais, econômicas e ambientais.

A economia solidária congrega estas dimensões. Esta surge das antigas formas de trabalho familiar; transformou-se em uma alternativa de renda dos desempregados; se fortalece com as associações de catadores nas grandes cidades; se expande com o fortalecimento da agricultura familiar e do artesanato; se consolida com a criação de estudos de sua realidade, com o apoio das universidades incubadoras e com as políticas públicas; se globaliza como sendo uma forma de fazer empreendimentos produtor de renda constante diante das oscilações do mercado.

Hoje está buscando maior reconhecimento, melhor organização e mais tecnologias para implementar seus fins de trabalho solidário e autonomia. Responde por quase 10% do PIB brasileiro. Isso apenas das atividades formalizadas, pois o conjunto de atividades informais que garante trabalho e renda para milhões de famílias é infinitamente maior. Suas atividades estão 35 % organizadas em forma de cooperativas e 32% são associações (dados 2013). Existem 11 leis estaduais sobre economia solidária e está presente, formalmente, em mais de 3 mil municípios. A economia solidária luta por apoio de políticas públicas de diferentes ministérios: TEM – Ministério de Trabalho e Emprego, com a Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária, fazia esforços se ter um setor que garantisse uma estrutura mais permanente de capacidade de fazer frente a várias demandas, mas seus esforços não se consolidaram. Os ministérios - da agricultura, desenvolvimento social, saúde, justiça, ciência e tecnologia....Poderiam criar uma estratégia para incluir estes grupos da economia solidária já que se dizem promotores do desenvolvimento nacional.

Mas a economia solidária avança de forma heterogênea devido ao enfrentamento do contexto de novos ramos econômicos e da reviravolta da onda neoliberal. É um caminho que a nova Europa vem adotando para proteger seus trabalhadores das oscilações econômicas. Criaram a Academia Européia de Economia Solidária. A própria OIT recomenda que a economia solidária, com suas prerrogativas de autogestão e cooperação seja a alternativa para mudar o mundo a favor dos trabalhadores em geral.

A Economia Solidária poderia melhor cumprir suas perspectivas se estiver acoplada a um programa sistêmico do Estado e de Direitos Humanos. Se não possuir um amplo programa de políticas públicas de socialização, os efeitos da Economia Solidária no atual sistema serão muito residuais. É a lógica perversa de exclusão da sociedade capitalista que torna as



pequenas experiências em uma síntese da cultura de desrespeito a dignidade da vida. Por outro lado, ficou claro que a apresentação de meios alternativos de vida e amplia as potencialidades solidárias das pessoas.

O debate em fóruns, congressos, conferencia e nas formações de grupos há o esforço para ampliação das culturas e conhecimentos sobre cooperativismo popular e os princípios da Economia Solidária (ES), do associativismo, da tecnologia social, dos direitos humanos e da educação popular. Estas compreensões são fundamentais para apoiadores dos atores do cooperativismo popular, pois suas ações não podem se tornar mais um obstáculo aos potenciais que possuem para se organizar, trabalhar e viver coletivamente. Agora é preciso dar sentido a sociedade democrática que coloca a questão de sua transformação, sem, necessariamente, tomar o poder, uma vez que se trata de diluir este empoderamento entre cidadãos atores e agências, ou seja, tornar o poder compartilhado. Além do cumprimento de normas e leis inclusivas, mostra-se as visualizações de vivências livres e responsáveis que um processo cooperativado requer. As mentes precisam estar ativas e motivadas a participar coletivamente das decisões sobre os interesses comuns, participar da implantação do que foi decidido e participar da avaliação de resultados que possam ser replicados na coletividade.

As cooperativas populares são as melhores alternativas que se apresentam para os trabalhadores que precisam garantir renda mais constante, respeito e trabalho digno reconhecido. Algumas iniciativas para criar uma cooperativa são feitas, mas quase sempre esbarram na falta de apoio mais direto e significativo dos poderes públicos, nas legislações e na falta de culturas de cooperação dos atores.

Não se trata de burocratização de procedimentos, mas de propiciar condições para melhor desenvolver as atividades e gerar trabalho e renda de forma coletiva e solidária, onde se dá a palavra aos participantes para gerar a responsabilidade da escuta, como um convite à motivação racional para entendimentos das proposições coletivas. Se a cooperativa deve nascer de seus criadores, os trabalhadores, este processo demandam parcerias e políticas públicas. Portanto, não é um projeto simples, somente dos atores, pois responde aos interesses das coletividades desafiadas a respeitar o meio ambiente, a cuidar de seus espaços sociais, a manter a cidade limpa, a ter comida ecologicamente produzida, a reciclagem de resíduos e a respeitar as atividades que não advém de emprego meramente empresarial. O cooperativismo e a economia solidária respondem às necessidades do conteúdo da sociedade democrática: trabalho e renda para todos.

Por isso a democracia é aqui entendida como começo, meio e fim dos processos associativos e cooperativos. Inicia-se do planejamento participativo, desde os momentos de diagnóstico, passando pelo estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas, execução e avaliação, sempre construindo a cultura do diálogo, da conquista coletiva de autonomia, o compromisso político e ético com a construção de uma sociedade mais justa.

O desenvolvimento prevê a cooperação entendida como a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva como empresas autogestionárias ou recuperadas e assumida por trabalhadores; associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos como de mulheres, jovens etc.; clubes de trocas, etc. Na



Para Frantz (2006) o sucesso da gestão democrática e autogestão depende das pessoas, de sua capacitação para a organização sob seu comando e controle, sendo que esta capacitação deve ser constante, pois trata-se de um processo pedagógico que não pode ficar a mercê do espontaneísmo ou afloração natural do conhecimento. Uma cooperativa não difere muito de uma empresa juridicamente quando trabalha alinhada para alcançar seus fins, também não deve ser confundida com qualquer associação filantrópica, caritativa ou beneficente.

A cultura de cooperação exige posturas democráticas, disposição para o diálogo, visão de poderes compartilhados, relações sociais solidárias, reconhecimento das igualdades e das diferenças, responsabilidade de participar como dever e direito de auferir resultado da participação, ética com a natureza, respeito às ordenações criadas pelos próprios sujeitos da cooperação e às leis do Estado de Direito.

Por isso que para se chegar a uma cooperativa real e efetiva é preciso um longo processo de educativo que está para além dos sistemas escolares que atualmente possuímos, e além das aprendizagens atuais adquiridas na ordem social, nos mídias, na religião, no Estado, na economia, na cultura e, principalmente, nos cotidianos das vivências individuais, familiares e grupais.

2-Direitos Humanos, Trabalho e o Desenvolvimento Sustentável

O pressuposto de que existe uma natureza humana universal que pode ser conhecida racionalmente nos leva a pensar que a mesma pode ser inserida em uma realidade organizada que contemple a lógica da humanidade da vida (MORIN, 2005). Não se trata de impor esta organização, mas de participar dela e assumi-la como uma das formas de contemplar nossa diversidade. Provavelmente se tivéssemos com acesso a aquilo que nos torna digno teríamos mais força para enfrentar as vulnerabilidades da violência e da estupidez..

Por isso o sonho dos direitos humanos concretizados é o sonho da sociedade ideal pensada por muitos lutadores sociais. Trata-se de criar uma cultura do *nós* e não remeter o *outro* para fora da humanidade. Se é assim, então, em todos os espaços é possível de serem criada esta cultura. O problema é que o excluído do sistema pode nunca ter ouvido falar desta oportunidade, o que prescinde de diálogos que faça brotar esta essência escondida e abafada pelas más compreensões da sociedade concorrencial e opressora.

A consciência do trabalho como essência da vida livre tem o potencial de das possibilidades objetivas para orientar as compreensões para outra vida possível, como um ato de um direito universal ligado a dignidade da pessoa.

Como um direito, um dever e a forma de ser da vida social o trabalho não pode atividade forçada, cruel ou degradante. Um trabalho criador reforça os laços de solidariedade e amplia-os, pois a certeza que não está sendo explorado e dominado leva a uma consciência coletiva de viver em igualdade.

Aí está um dos papéis dos direitos humanos: impedir que corpos, mentes, ideias, espírito, afetos e condições materiais de vivência se degradem e irrompam em atos de dores e



civismo responsável pela organização social pacífica e agregadora dos grupos humanos. A pessoa tem que se sentir incluído e reconhecido na vida social, a sociedade em que vive. Trata-se de construir novas concepções de coesão social, no sentido de fortalecimento de redes de confiança, de respeitabilidade das diferenças e das igualdades, de convivência nos cotidianos das famílias, dos grupos, das associações, etc. Ou seja, saber viver juntos iguais e diferentes (TOURAINÉ, 1998).

b) A *Sustentabilidade Cultural*, tem sentido de saber que agrega os esforços educativos em se criar uma nova cultura que respeite a diversidade, promova e fortaleça a aprendizagem pertinente, a educação emancipadora nos diversos espaços sociais. Aqui se reforça a escola como lugar social de todos, da diversidade humana, como passagem e morada de energias das razões científicas das mentes educadas e comportamentos eficientes, um local da verdadeira fotossíntese da boa civilização enraizada na cultura da solidariedade, da igualdade e da liberdade. Ou seja, a dimensão cultural da sustentabilidade deve combater o ópio da pragmatismo que leva a ímpetus do consumismo. A escola deve criar uma nova cultura de sociedade com capacidade onde todos os indivíduos sejam capazes de suprir suas necessidades edificantes da vida coletiva, como aquelas expressa os direitos fundamentais e os direitos humanos. Esta dimensão está ligada à afirmação da identidade dos indivíduos e à organização de seus aprendizados, reforçando os conhecimentos de sua historicidade, localidade, perspectivas, experiencialidades, valores, costumes, expressões artísticas, tecnologias, etc. Trata-se de socializar a cognição existente e emergente, criando espaço para diálogos de entendimentos orientadores de decisões para ações coletivas (HABERMAS, 1995; FRANTZ, 2008).

c) A *Sustentabilidade Econômica* é a dimensão que trata de implementar, de fato, o princípio da *produção igual distribuição igual*. Ou seja, uma sustentabilidade que inclua todos no trabalho digno e na renda digna. Nem tanto emprego explorador, mas garantia de trabalho e renda. Neste caso, trata-se de combater as formas perversas de produtivismo, comercialismos, consumismos e combate à exploração do trabalho e vida. Neste conceito, se insere a concepção de *tecnologia social*, que além de tecnologia adequada para a economia popular também é a formas organizativas de trabalho solidária que facilita e amplia a produção e distribuição. Neste sentido o princípio geral é ninguém tem direito de ficar sem trabalhar (trabalho é próprio da lógica humana – *bio-lógica*), assim como ninguém não tem direito de se apropriar e explorar o trabalho dos outros. Saber ter bens e desfrutar deles é pensar um sistema econômico que não permite a acumulação de bens para ostentação de uns e miséria de outros. Há necessidades substanciais e imediatas e necessidades que estão no interior de uma projeção de vida alternativa embasada nas experiências da economia solidária. Trata-se de uma prática cidadã que traz impactos nas experiências de produção e distribuição de renda, tais como: número de postos de trabalhos criados, o valor dos rendimentos proporcionados, o grau de utilização de insumos, a dinâmica do consumo local, e as ações nas diferentes lógicas das relações mercantis, não mercantis e não monetárias. Ou seja, estimula novos círculos de relações econômicas de autoconsumo, intercâmbios de produtos e serviços não monetizados, mecanismos de subsidiariedade para produção e consumo nas relações com os poderes públicos (transferências governamentais, isenções tributárias ou outras formas de subsídio), utilização coletiva de recursos (equipamentos, propriedades etc.) e diferentes formas de finanças solidárias, entre outras. A gestão cooperada é um aprendizado imprescindível (FRANTZ, 2008).



d) *Sustentabilidade Política* envolve as propostas de autogestão, coogestão, cooperativismo, cidadania participativa e a diversidade de formas democráticas (a exemplo da *Demodiversidade* de Boaventura de Sousa Santos, 2002.) Ou seja, garantir espaços motivação racional para a participação nos processos decisórios, espaços para todos poderem contribuir para implementação destas decisões, para a avaliação dos resultados e promoção de novos planejamentos. Significa por um fim nas hierarquias rígidas entre quem planeja e quem executa, um fim na cultura patrão x empregado, enraizando a cultura da co-responsabilidade, como dever e a ordem social igualitária como direito. Entra aqui um novo papel do Estado democrático e implementação de políticas públicas, mas também a ideia de que embora os sujeitos não sejam totalmente responsáveis pela situação em que vivem eles são responsáveis por sair das más situações em que se encontram. Aqui trata-se de fortalecer a autonomia dos grupos locais no processo de gestão da experiência: fortalecer a participação das pessoas; buscar ações de políticas públicas; formar redes de ancoragem com parceiros francos; gerenciar as diferenças em hierarquias apenas funcionais e não privilegiadas (Sousa SANTOS, 2002, e SEN, 2000)

e) *Sustentabilidade Ecológica*. É no sentido ambiental que se concentram as principais ideias e concepções de criar uma ética universal dos indivíduos sobre sua relação com a terra, ar, água e energia. Não é um romancismo ou demagogia das chamadas *empresas verdes*. Entre tantos conceitos roubados das lutas das classes populares este da sustentabilidade ambiental é o mais complicado. A natureza é bonita e sadia porque ela não é uma coisa externa à vida do homem. É interna. Como posso envenenar e tratar mal, poluir e destruir a terra, a água, o ar e a energia de onde tudo vem para manter a minha vida? Não adianta falar em proteção dos animais, das florestas, das flores se isto tudo vem da terra... Então, trata-se de recuperar para equilibrar o sentido da vida do ser mais importante nesta cadeia ambiental, o homem. Como diz Morin (2005), é preciso recuperar sua unidade psicológica, sociológica, biológica e pedagógica para que sua razão humana não se desvie de seus fins: manter equilibrada a vida saudável da terra, da água, do ar e das diferentes formas de energias. Esta dimensão avalia a forma de manejo dos recursos ambientais através das atividades desenvolvidas: a produção e uso da tecnologia, qualificação da relação entre meio ambiente e processo produtivo; utilizar recursos sem efeito poluidor; energias renováveis e, finalmente, importa avaliar o nível de geração de resíduos pelas atividades, bem como seu modo de tratamento. Não esquecer, portanto, que isso faz parte um sistema maior, que insere o homem com sua lógica humana na natureza com sua lógica (MORIN, 2005).

Este entendimento, porém, deve advir de processos comunicativamente em que os atores sociais se tornam protagonistas dos diálogos que vai em direção ao seu entorno e provoca a motivação dos atores para expressar entendimentos da pragmática vivenciada. Seus atores precisam também estar movidos por essa vontade de entendimento e de ação coletiva para realização de interesses universais: o tema do diálogo proposto deve ser a *vida em solidariedade* (HABERMAS, 2002, p.45).

Conclusões

Já déssemos aqui de que partimos de uma noção de a solidariedade é uma das características mais comuns dos sentimentos humanos e é um dos elementos universais presentes na lógica da humanidade dos indivíduos e não a competitividade como vinham defendendo as concepções liberais da modernidade.



III SLAEDR
SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL
VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

PROMOTORES:



APOIO:



A dimensão de solidariedade se coloca aqui com mais ênfase nas interconexões (redes) dos indivíduos postados em suas atividades de produção e distribuição, pois estas já são fruto de formas alternativas de conhecimentos. Colocá-las em rede solidarizariam o êxito e o fracasso, produzindo novos saberes e novas alternativas solidárias que sejam fortes e críveis o suficientes para se contrapor à força da lógica capitalista (SANTOS 2002, p.64-74).

Como um germe de sociedade democrática, a economia solidária já experienciou uma razão não instrumental e em vários momentos apresentou condições para a produção de consensos parciais, baseados na argumentação. A vida democrática ali vivida criou um dinamismo próprio de uma esfera pública que está para além do Estado, que tematiza a agenda política em relação à qual o Estado deve reagir. A luta agora é a tradução dessa linguagem comum para códigos mais sistemáticos que seria feita pelo direito, já que em essência a argumentação central há muito tempo foi anunciada pelos direitos humanos. Todos os homens têm capacidades de linguagem, todos têm interesses e todos imaginam o futuro: a razão democrática deve cultivar e promover a comunicação entre esses sujeitos a fim de produzir entendimentos universais para orientar as relações sociais e o poder (HABERMAS, 2002). Por enquanto o instrumentalismo do poder está impedindo esta razão democrática de reforçar e evoluir.

Por isso a luta por políticas públicas nada mais é de que uma luta contra-hegemônica, ou anti-hegemônica como diz Sousa Santos (2002), mas tendo o local como fonte destes primeiros passos no fortalecimento da sociedade democrática efetiva. As experiências locais podem virar redes de resistência dos ansiosos. Os líderes políticos estavam aprisionados a compromissos com a elite que quer dinheiro fácil, não conseguem fazer políticas públicas que façam emergir a economia real, o pleno emprego e as motivações empreendedoras de novos ramos produtivos. O Estado fica a mercê do mercado resolvendo suas crises e com isso endividando-se, e não conseguindo firmar um mercado consumidor de fato dos produtos necessário a população.

Boaventura de Sousa Santos (2002) nos mostra que estas alternativas de produção não capitalistas não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos. O êxito das alternativas de produção depende de sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo, onde as ansiedades individuais convergem para as universais traçando mapas para emergir soluções alternativas (já que a diminuição das ansiedades individuais só é possível com a diminuição da ansiedade de todos). A Economia Solidária teria potencial emancipatório e suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos. Depende também de sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo.

Ao julgar o progresso como sinônimo de desenvolvimento Bauman diz que em muitos lugares trata-se de fundar o verdadeiro mercado e não de arrumar o mercado capitalista. Ou seja, em um mercado real todos podem ofertar e todos podem demandar e este movimento sustentam a satisfação das necessidades genuínas das pessoas. No mercado capitalista está presente a lógica predatória, exploram sem escrúpulos os recursos naturais e humanos guiados por fins apenas comerciais e moralmente devastadores (BAUMAN, 2008)



III SLAEDR
SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL
VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

PROMOTORES:



APOIO:



Na ideia de desenvolvimento de Amartya Sen, podemos perceber que o autor insiste em mostrar a dificuldade de você imaginar ações solidárias em indivíduos municiados de sofrimentos individuais. Precisariam, antes, ter sua liberdade substantiva garantida: alimento, renda, educação, saúde, para que sejam aproveitadas as oportunidades econômicas, a liberdade de escolhas, as facilidades sociais, as transparências e a segurança. *O caminho entre liberdade e responsabilidade é de mão dupla.* Sem a liberdade substantiva e a capacidade para realizar alguma coisa, a pessoa não pode ser responsável por fazê-la. Mas ter efetivamente a liberdade e a capacidade para fazer alguma coisa impõem à pessoa o dever de refletir sobre fazê-la ou não, e isso envolve responsabilidade individual. Nesse sentido, a liberdade é necessária e suficiente para a responsabilidade. Vê-se então que é fundamental para o trabalho dos atores a parceria com o Estado, especialmente o Estado Democrático, para que este proporcione o mínimo de liberdade (as substantivas) sustentando na base o agir responsável das pessoas, ampliando a capacidade individual de auferir rendas que possam ser partilhadas coletivamente (SEN, 2000, p. 321/323).

Estas concepções somente enraízam sua validade se elas estiverem presentes na concepção de todos os envolvidos com as projeções de desenvolvimento, mas principalmente se forem vivenciadas pelas classes populares, os verdadeiros sujeitos das transformações sociais. Estes enfrentam também precisam enfrentar o obstáculo para se fortalecerem em cooperativas sociais populares, como o de vencer as dimensões societárias opressoras que estão no entorno e nas consciências. Falta imaginar, querer e lutar pelo novo. Tem-se dificuldades para construir capacitações mais constante, pois trata-se de um processo pedagógico que não pode ficar a mercê do espontaneísmo ou afloração natural do conhecimento. É o cooperativismo que condensa experiências que podem traduzir-se conhecimentos construídos que dá uma direção possível de ser assumida após entendimentos coletivos dialogados. Não serão os obstáculos jurídicos, filantrópicos, caritativos, beneficentes das atuais experiências cooperativas que irão impedir a emergência de um projeto de cooperativa bem construída, não por um grupo isolado dos atores que precisam da cooperativa, mas pelos atores em parcerias dialógicas com apoiadores (ITCPS, ONGS, etc) e com o poder público democrático.

O cerne do desafio visto por estes que entendem a necessidade da cooperativa é vencer a fragilidade da cultura autogestionária, associativa e cooperativa que marcam as atividades fragmentadas dos trabalhadores, fruto do mundo das necessidades materiais, sociais e afetivas que lhes atingem. Precisam, portanto, de liberdade substantiva para imaginar, querer e lutar por uma vida cooperada.

Consideramos que a concretização dos direitos humanos está diretamente ligada a ideia de sustentabilidade e esta já está nos princípios constitucionais que o apontam como valor fundamental, voltado a determinar direta e imediatamente a responsabilidade do Estado e da sociedade pela realização do desenvolvimento como acesso ao direito ao bem-estar de todos os indivíduos.

Constitui-se, por isso, em um movimento social que agrega as racionalidades justas, estando para além de simples concepções de Estado, sociedade civil, tecnologia, direito, pedagogia, organização do trabalho e relações sociais. Não se trata apenas de criar riquezas a partir dos pobres para os pobres, ou de não sermos mais “irmão pobre da grande economia”. Trata-se, também, de criar, a partir de atividades coletivas e solidárias, trabalho e renda para quem deseja e, principalmente, para os indivíduos munidos de diferentes vulnerabilidades. O



trabalho e a renda geram motivações racionais para a inclusão de indivíduos na evolução civilizacional e agregam esforços em se lutar pela emancipação social. Além disso, fortalece os aspectos educativos formais e informais e criam culturas de respeito mútuo pela dignidade da vida, princípio fundamental dos direitos humanos e do desenvolvimento social.

Todas as ações que visam resolver problemas públicos são consideradas políticas públicas, sejam elas ações oriundas do Estado, do Governo, do Mercado ou da Sociedade Civil. É preciso ampliar a qualificação das discursividades sobre políticas pertinentes que movem indivíduos munidos de necessidades que dependem de ações objetivas da sociedade organizada e desmistificar o significado de governança compartilhada diante de uma frágil cultura democrática. Embora frágil esta clama por justiça social no interior de um sistema que privilegia lucro e acumulação. Embora o Brasil nunca tivesse um governo de esquerda, mas experiências de governos democráticos populares que provocaram alvoroços nos capitães de consciências da direita, temerosas de uma ampliação da vida democrática em uma das maiores nações do mundo.

De governos populares podem emergir políticas públicas como formas de fazer avançar a cultura democrática principalmente nas classes populares, pois as classes médias e altas possuem outros interesses na política. Pressupomos que a legitimidade e validade de uma política pública dependem da mobilização de atores (cidadãos), agentes (representantes do Estado) e agências (instituições) para construir propostas, decidir, participar das implementações destas e para avaliar seus resultados. Entendemos que a política pública não pode promover a situação de dependências de quem a ela se destina. Talvez seja o modo de proceder para criar as políticas públicas que as enfraqueçam, já que quase sempre se esquecem dos diálogos abertos, francos e universais que a precedem nas esferas públicas onde estão os participantes os afetados pelas ações. As políticas públicas que emergem das lutas dos movimentos sociais vai ao encontro das perspectivas de redistribuição de riquezas dos governos progressistas. Na medida que implementam ações concretas a democracia vai ganhando terreno e legitimidade no imaginário popular. Os conflitos distributivos ganham aliados inesperados do lado das elites que tentam deslegitimar a política dos governos progressistas e abafam as reivindicações redistributivas que ainda fazem as maiorias. Estas contam muito pouco com a solidariedade das classes médias urbanas que ficam esperando migalhas do capital.

Referências Bibliográficas

BAUMANN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias de vida.** Riode Janeiro: Zahar, 2008.

DUVIGNAUD, Jean. **A Solidariedade - laços de sangue, laços de razão.** Lisboa: Instituto Piaget, 1986.

FRANTZ, Walter. **Empreendimentos solidários como espaço de educação.** In: Série Economia Solidária 03. Ijuí: Unijui, 2006.

FRANTZ, Walter. **Organizações solidárias e Cooperativas: espaços de educação e a bases da Economia Solidária.** Ijuí/RS: Unijuí, 2008.

HABERMAS, Jurgen. **A inclusão do outro – Estudos de teoria política.** São Paulo: Loyola, 2002.



HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa** - racionalidad de la acción y racionalización social. VI. 1 . Madrid: Taurus, 2000.

MANCE, Euclides André. **A revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2008.

MORIN, Edgar. **O método 5- A humanidade da Humanidade**, 2008.

MORIN, Edgar. **O Método VI – Ética** .Porto Alegre: Sulina. 2005

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Enio Waldir da; *Extensão universitária hoje: processo dialógico da ação integradora e emancipadora*. In: BARCELOS, Eronita da Silva; RASIA, Pedro Carlos. **Economia Solidária: sistematizando experiências**. Ijuí/RS: Unijuí. 2010.

SILVA, Enio Waldir. Projeto de Extensão tecnológica – **Economia Solidária e cooperativismo na região de Ijuí**. Unijuí. Acesso www.unijui.edu.br

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: **Sociologia jurídica crítica**. Madrid: Trota; Bogotá: Ilsa.2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Produzir Para Viver: Os Caminhos da Produção não-Capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 23-77.

TOURAINÉ, Alan. **Podemos viver juntos? Iguais e Diferentes**. Petrópolis (RJ): Vozes.1998.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Tradução de Denise Bottmann; Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Schwarcz, 2009.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Schwarcz, 2004.

ZOLL, I. **O que é solidariedade hoje**. Ijuí/RS: Editora Unijui, 2007.